

Eleições 2022 | Poderes

Futuro governo vai assumir em 2023 sem controle de 40% dos investimentos

— Vencedor da disputa presidencial só poderá dar destinação a 60% de recursos do Orçamento; o restante está nas mãos do Congresso, via emendas; até 2019, o Executivo decidia sobre 80%

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

O presidente que for eleito no dia 30 assumirá o cargo em janeiro de 2023 com um poder menor do que todos os ocupantes anteriores do Palácio do Planalto. Pela primeira vez, o chefe do Executivo iniciará o mandato sem controlar 40% dos recursos federais destinados a investimentos, que ficarão nas mãos do Congresso por meio de emendas parlamentares.

É uma situação inédita de presidencialismo reduzido. Quando assumiu o mandato, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro tinha o poder de manejar 80% dos investimentos. Acusado pelo Centrão, porém, ele entregou a atribuição ao Congresso, por intermédio do orçamento secreto. E a partir do ano que vem esse percentual cairá para 60%, qualquer que seja o vitorioso no segundo turno.

A cúpula do Legislativo se articula para blindar esse mecanismo, caso o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vença as eleições. Embora o governo tenha saído das urnas com uma base maior na Câmara e no Senado, Bolsonaro não deu demonstrações de que pretende impor limites ao orçamento secreto. A prática foi revelada pelo *Estadão* em uma série de reportagens.



Bolsonaro no Palácio da Alvorada; presidente recuou do próprio veto no caso do orçamento secreto, mas disse ontem desconhecer o fato

O destino do orçamento no próximo governo dependerá agora da presidente do STF, Rosa Weber. A ministra relata um processo que pode acabar com o orçamento secreto, barrando qualquer liberação de verbas. O julgamento deve ocorrer logo após as eleições. É o Congresso atual, e não o próximo, que votará o Orçamento de 2023.

Uma decisão do STF contra o dispositivo que tem sustentado as relações de toma-lá, dá-cá tem potencial de desencadear uma nova crise política. Líderes de partidos ameaçam até mesmo cortar verbas do Supremo e deixar juízes sem o reajuste salarial proposto pelo Judiciário.

MOVIMENTAÇÃO. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já começou a abordar parlamentares eleitos para oferecer emendas em troca do apoio à sua reeleição no cargo. “No mundo todo o orçamento é uma peça congressual. O presidente eleito vai ter de conversar com quem aprova o Orçamento. O Brasil não é uma ditadura”, disse o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Celso Sabino (União-PA), aliado de Lira. “Se o Supremo agir, essa atuação precisa ser bem justificada.”

No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também tenta

‘Desvetei? Desconheço’, afirma Bolsonaro sobre orçamento secreto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que desconhece ter “desvetado” o orçamento secreto. Revelado pelo *Estadão*, o mecanismo foi gestado dentro do Palácio do Planalto, no gabinete do então ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos.

A primeira tentativa de viabilizar o orçamento secreto, de fato, foi do Congresso, e Bolsonaro a vetou. O presidente, porém, recuou do próprio veto e encaminhou para análise dos parlamentares,

em dezembro de 2019, o texto que criou o orçamento secreto. O projeto é assinado por ele e a exposição de motivos que o justifica leva a assinatura do general Ramos. Todo esse processo está documentado.

Questionado sobre o assunto em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, Bolsonaro respondeu: “Você não aprendeu orçamento secreto ainda? (*Não aprendeu*) que não é meu?”, disse. “Pelo amor de Deus, para com isso. Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu votei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto? Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar.” ● JULIA AFFONSO

chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, ao mostrar confiança na reeleição de Bolsonaro. “Ele não vai precisar fazer acordos para conquistar essa base de apoio, como no passado.”

Relator do Orçamento de 2023, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), apoiador de Lula, disse que o Congresso não abrirá mão do que já conquistou. Assim como outros aliados do ex-presidente, porém, ele argumentou ser possível propor um período de transição para o Executivo retomar o controle das verbas.

“Pode ficar uma parte no Parlamento e voltar outra parte para o Executivo. Isso é negociável. Não podemos ignorar que 594 cabeças enxergam melhor o Brasil que uma só”, avaliou o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), que não foi reeleito este ano, ao propor o rateio das verbas e a divisão do poder no Orçamento.

Diante do domínio do Centrão no Congresso, integrantes do PT observaram que só a ministra Rosa Weber pode acabar com o orçamento secreto. Essa decisão implica devolver o controle das verbas para o governo, que, tradicionalmente, tem o papel de planejar os programas federais e destinar os recursos dos impostos pagos pelo cidadão. ●

Controle Relator do Orçamento de 2023, Marcelo Castro diz que Congresso não abre mão do poder conquistado

Lula já disse que, se chegar novamente ao Planalto, acabará com esse modelo. Em novembro do ano passado, no entanto, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) contrariou a bancada e deu o voto decisivo para aprovar um projeto do Congresso que estipulou regras de execução das emendas de relator, a base do orçamento secreto. À época, a posição de Carvalho foi classificada como “fato grave” pela Executiva do PT. Mesmo assim, sete de 63 parlamentares da sigla, entre deputados e senadores, informaram ao Supremo Tribunal Federal ter recebido essas verbas.

preservar a ingerência do Congresso sobre o Orçamento. Candidato a novo mandato à frente da Casa, Pacheco defende o alinhamento das emendas a programas do governo ou até mesmo a redução do seu valor, desde que seja mantida a prerrogativa dos parlamentares para definir o destino dos recursos. No atual sistema, o dinheiro não é investido em políticas públicas, mas despejado em ações sem critérios técnicos, na maioria das vezes em redu-

tos de aliados do governo, deixando de atender ações para municípios mais necessitados.

PODER. A avaliação no Planalto é a de que, se conquistar novo mandato, Bolsonaro manterá o poder da distribuição de verbas com o Congresso. “Vamos ter agora um presidente muito mais forte politicamente, com total identificação com dois terços do Congresso”, afirmou ontem em entrevista à Rádio Bandeirantes o ministro-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 8